

IHM - INVESTIMENTOS HABITACIONAIS DA MADEIRA, EPERAM

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

DESIGNAÇÃO:

“ABS T/3/2023 - Prestação de Serviços de Fiscalização Referente á Aquisição de Habitação pela IHM EPERAM no Âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.”

PROCESSO N.º **ABS T/3/2023**

TIPO DE PROCEDIMENTO: **CONCURSO PÚBLICO**

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO	3
2. ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR	3
3. CONSULTA DO PROCESSO	4
4. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	4
5. AGRUPAMENTOS.....	5
6. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	6
7. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS	7
8. PROPOSTAS VARIANTES	9
9. PREÇO BASE	9
10. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	9
11. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS.....	10
12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE	10
13. JÚRI DO PROCEDIMENTO	13
14. RELATÓRIO PRELIMINAR	13
15. AUDIÊNCIA PRÉVIA.....	14
16. RELATÓRIO FINAL	14
17. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, ENTREGA DE DOCUMENTOS, MINUTA DE CONTRATO E CAUÇÃO	14
18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO	15
19. VALOR DA CAUÇÃO E MODO DE PRESTAÇÃO.....	16
20. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DA SUA APRESENTAÇÃO	17
21. ENCARGOS	18
22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	18
ANEXO I	19
ANEXO II	20
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO	20
(2) NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS N.ºS 4 E 5 DO ARTIGO 57.º DO CCP.....	20
ANEXO III.....	21
MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO.....	21
ANEXO IV	22
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO	22
ASSINATURAS [].....	22
ANEXO V	23
MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO	23

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1.1 Constitui objeto do presente concurso **“ABS T/3/2023 Prestação de Serviços de Fiscalização Referente à Aquisição de Habitação pela IHM EPERAM no Âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.”**, a prestação de serviços de fiscalização para três lotes no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, e de acordo com as cláusulas gerais e técnicas definidas no caderno de encargos.

- Lote 1 - Quatro empreendimentos com 168 fogos nas seguintes localizações;

- i) Rua Cónego Dr. Agostinho Gomes - Cedros, Santo António - Funchal - 60 Fogos
- ii) Rua Cónego Dr. Agostinho Gomes, Cedros, Santo António - Funchal - 53 Fogos
- iii) Estrada António Taboada, Matas - Porto Santo - 30 Fogos
- iv) Rua Quinta dos Cedros – Cedros, Santo António - Funchal - 25 Fogos

- Lote 2 - Seis empreendimentos com 164 fogos nas seguintes localizações;

- i) Caminho das Preces e Ribeira da Alforra – Câmara de Lobos – 42 Fogos
- ii) Sítio da Vargem – Câmara de Lobos - 15 Fogos
- iii) Estrada João Gonçalves Zarco, Sítio da Igreja – Quinta Grande – Câmara de Lobos – 25 Fogos
- iv) Sítio da Terra Chã - São Vicente - 18 Fogos
- v) Sítio da Torre – Câmara de Lobos - 34 Fogos
- vi) ER222, Ribeira da Lombada – Ponta do Sol – 30 Fogos

- Lote 3 – Quatro empreendimentos com 140 fogos nas seguintes localizações;

- i) ER237, Água de Pena – Machico – 36 Fogos
- ii) Rua Tenente Domingos Cardoso, n.º12 – Santana – 20 Fogos
- iii) Estrada do Garajau, Caniço – Santa Cruz – 44 Fogos
- iv) Estrada das Eiras, Abegoria, Caniço – Santa Cruz – 40 Fogos

Os interessados poderão apresentar proposta para cada um dos lotes, não sendo obrigatória a apresentação de proposta para todos os lotes. Contudo, nos termos do n.º 4 do artigo 46.º-A do CCP, a cada concorrente apenas poderá ser adjudicado um lote, de acordo com o critério definido no ponto 12.7 do presente programa do Procedimento.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR

2.1 A Entidade Adjudicante é a **IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**, pessoa coletiva n.º 511035365, sita na Rua Doutor Pestana Júnior, número seis, no Funchal, adiante designada por Entidade Adjudicante.

2.2 A decisão de contratar foi tomada por Deliberação do Conselho de Administração da IHM, EPERAM, de 12/04/2023, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 30/2021 de 21 de Maio, com as últimas alterações introduzidas pela Decreto-Lei nº 78/2022 de 7 de Novembro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto-Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto, com a redacção que resulta da entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M de 29 de Dezembro.

2.3 Fundamento da escolha deste tipo de procedimento: Face ao objeto do contrato e ao valor estimado do procedimento

3. CONSULTA DO PROCESSO

3.1 As peças do concurso, estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acingov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa **IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

3.2 Sem prejuízo do disposto no n.º anterior, o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, estão disponíveis na Direção Técnica e de Projetos, sita em IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, Rua Doutor Pestana Júnior, número seis, no Funchal, Telefone 291 207 220, e-mail: ihm@ihm.pt onde pode ser examinado, durante as horas de expediente, desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação de propostas.

4. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

4.1. No 1º terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, até às dezassete horas e trinta minutos, os interessados podem solicitar ao júri, através da plataforma eletrónica acingov, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados. Qualquer comunicação é feita através da plataforma eletrónica não sendo válida o suporte de papel ou outra forma de comunicação eletrónica.

4.2 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao fim do prazo fixado no programa do procedimento:

- a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o júri do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar, pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

4.3 O órgão competente para a decisão de contratar, deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

4.4 Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar, pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos no mesmo prazo referido no número 4.2 ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64º do Código dos Contratos Públicos.

- 4.5 Os esclarecimentos, as retificações e as listas com identificação de erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados através da plataforma eletrónica utilizada neste procedimento e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 4.6 Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas coletivas ou singulares, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 5.2. A constituição jurídica dos Agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as Empresas agrupadas serão responsáveis perante a **IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**, pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências. Qualquer alteração na composição do Agrupamento e/ou do Consórcio terá de ser autorizada previamente pela **IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.
- 5.3. Os membros de um Agrupamento Concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro Agrupamento Concorrente.
- 5.4. No caso de a adjudicação ser feita a um Agrupamento de Empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de Agrupamento Complementar de Empresas ou de Consórcio Externo de responsabilidade solidária, devendo, até à data da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos: cópia do Contrato de Consórcio, Procuração outorgada por todos os membros do Consórcio ao seu líder, com poderes para este proceder à faturação de todos os serviços prestados, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações da **IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM** ou seu Representante respeitantes ao contrato celebrado. Deve indicar-se a percentagem de participação de cada um dos elementos do Consórcio e a indicação do líder do Consórcio.
- 5.5. Caso o Agrupamento integre empresa(s) estrangeira(s), cada uma das Empresas que integram o Agrupamento/Consórcio deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenham sede, de que se submetem à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro

6. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1 As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante até ao termo do 30.º dia a contar da data do envio do Anúncio para publicação no Diário da República, não sendo consideradas as propostas apresentadas depois de expirado o prazo e sendo os concorrentes responsáveis por todos os atrasos que porventura se verifiquem.
- 6.2 A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as cópias dos documentos do procedimento, o prazo referido no número anterior pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
- 6.3 A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa e quando não o sejam, devem ser sempre acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o candidato declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos documentos originais.
- 6.4 Todos os preços ou valores monetários constantes da proposta são expressos em euros e devem ser indicados em algarismos, sem incluir o IVA. Quando algum valor constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência prevalece este último e sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos
- 6.5 Todos os preços devem ser apresentados até à segunda casa decimal, sendo os arredondamentos feitos, por excesso ou por defeito, para o cêntimo mais próximo e, no caso de ser um valor exatamente intermédio, será feito por excesso.
- 6.6 A proposta e os documentos que a integram devem ser apresentados através de meio transmissão eletrónica de dados, sendo a plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante a seguinte: www.acingov.pt.
- 6.7 Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, mais concretamente nos artigos n.º 54.º e 68.º, os documentos da proposta, individualmente considerados, têm que ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na plataforma eletrónica, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 12/2021 de 9 de fevereiro, com as exceções aí admitidas e aquelas que forem definidas no presente Programa do Procedimento
- 6.8 Por conseguinte, cada um dos documentos que constitui a proposta deve, antes do carregamento na plataforma e subsequente submissão, estar já assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos pontos seguintes:
- a) Os documentos elaborados ou preenchidos pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais;
 - b) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete

- 6.9 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante
- 6.10 Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão do Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão do registo comercial ou uma procuração que confira os poderes necessários para os atos praticados ou a praticar
- 6.11 O incumprimento do disposto nos números anteriores constitui motivo de exclusão da proposta.

7. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- 7.1 Na proposta, cada Concorrente manifesta a sua vontade em contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- 7.2. A proposta deverá ser instruída pelos seguintes documentos:

7.2.1 Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)¹, disponível para preenchimento em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>

Para o feito, devem ser selecionadas as seguintes opções:

- “Sou um operador económico”;
- “Importar um DEUCP”;
- “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma acinGov, junto com o presente programa de concurso (ficheiro esse que, para este efeito, deve ser previamente descarregado da plataforma e guardado no pp – Anexo 1);
- Selecionar o país do concorrente;
- Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.

;

- 7.2.2 Proposta de preço total elaborada em conformidade com o modelo constante ao presente PP (Anexo II do PP);

Para efeitos do disposto no bloco D, da Parte III, do DEUCP, consideram-se motivos de exclusão puramente nacionais os referidos no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação. Em consequência, as declarações finais constantes da Parte VI do DEUCP abrangem o compromisso de honra por parte do operador económico/concorrente/adjudicatário de que, quando lhe for solicitado, entregará os documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º do supra referido diploma.

- 7.2.3 Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo
- 7.2.4 Lista de preços unitários, Cronograma financeiro e Plano de Pagamentos.
- 7.2.5 Plano de Trabalhos em Diagrama “Gant” com a representação das principais atividades a desenvolver ao longo do prazo da prestação de serviços, incluindo a lista de meios humanos (por categorias profissionais), meios materiais e outros meios a afetar ao serviço e sua distribuição mensal (plano de mobilização)
- 7.2.6 Memória justificativa e descritiva do modo de execução da prestação de serviços, devendo, obrigatoriamente, serem abordadas as metodologias associadas a cada uma das áreas funcionais definidas no Caderno de Encargos, bem como as metodologias que o concorrente se propõe implementar para organização e produção de documentação, registos de controlo e fiscalização.
- 7.2.7 Documentos referentes à equipa técnica a afetar à prestação dos serviços, mais concretamente: lista nominativa, e curriculum vitae e certificados de habilitações literárias do Diretor de Fiscalização, Engenheiro Civil, contendo a identificação de todos os membros da equipa técnica encarregados da execução do contrato, com menção do nome, função, especialidade;
- 7.2.8 Declaração de intenção de constituição de consórcio, se aplicável.
- 7.2.9 Tratando-se de agrupamento de empresas, declaração que mencione a repartição dos trabalhos a efetuar por cada empresa.
- 7.2.10 Procurações e instrumentos de mandato, se for o caso e, se aplicável, o disposto no ponto 5 do presente PP.
- 7.3 Os preços indicados na proposta são expressos em Euros e não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).
- 7.4 Sem prejuízo do acima exposto, integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
- 7.5 Todos os documentos que instruem a proposta, assim como os respetivos anexos e esclarecimentos têm de ser redigidos na língua Portuguesa.
- 7.6 Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos Interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.
- 7.7 No caso de agrupamento, os documentos anexos II, e os que contenham os atributos da proposta, devem ser assinados pelo representante comum do agrupamento ou não existindo representante comum assinado por todos os seus membros. No caso de representante comum devem juntar os instrumentos de mandato emitidos por cada membro.

7.8 A falta de apresentação de qualquer um dos documentos indicados nos pontos 7.2.1 a 7.2.7 constitui motivo de exclusão da proposta.

8. PROPOSTAS VARIANTES

8.1 Não é admitida a apresentação pelos Concorrentes de propostas variantes.

8.2 Para efeitos do presente concurso, são variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas às da proposta base nos termos expressamente admitidos pelo Caderno de Encargos

9. PREÇO BASE

9.1 O preço base global do presente procedimento é de 445.000,00 € (sem IVA) repartido por cada lote da seguinte forma;

Lote 1 - 140.000,00€ (cento e quarenta mil euros) não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que corresponde nos termos do artigo 47.º do CCP, ao preço máximo que a **IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**, na qualidade de Entidade Adjudicante, se dispõe a pagar pela execução de todos os serviços que constituem o objeto do contrato a celebrar para este lote.

Lote 2 - 155.000,00€ (cento e cinquenta e cinco mil euros) não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que corresponde nos termos do artigo 47.º do CCP, ao preço máximo que a **IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**, na qualidade de Entidade Adjudicante, se dispõe a pagar pela execução de todos os serviços que constituem o objeto do contrato a celebrar para este lote.

Lote 3 - 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que corresponde nos termos do artigo 47.º do CCP, ao preço máximo que a **IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**, na qualidade de Entidade Adjudicante, se dispõe a pagar pela execução de todos os serviços que constituem o objeto do contrato a celebrar para este lote.

9.2 Pela aquisição dos serviços associados objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, a **IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM** pagará ao Adjudicatário, unicamente, as quantias correspondentes aos serviços efetivamente prestados.

9.3 O prazo da prestação de serviços de cada um dos lotes é de 720 (setecentos e vinte) dias.

10. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

10.1 Considerando que o preço base foi fixado recorrendo a preços correntes de mercado e que por isso traduz de forma aproximada o custo razoável da prestação do serviço, pretende o órgão competente para a decisão de

contratar evitar o aviltamento de preços, pelo que é fixado um valor a partir do qual o preço resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

10.2 Assim considera-se que o valor a partir do qual o preço resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo quando seja 25 % ou mais inferior ao preço base.

11. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 Os Concorrentes ficam obrigados a manter todas e quaisquer condições das respetivas propostas durante o período de 90 (noventa dias) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

12.1 A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade multifator de acordo com os critérios de adjudicação infra anunciados

- a) Preço: 70 %;
- b) Valia Técnica da proposta: 30 %;

A classificação final de cada proposta será obtida através da seguinte expressão matemática:

Classificação final = (Fator A x 0,70) + (Fator B x 0,30)

Os arredondamentos serão feitos às centésimas

FATOR A “PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA”

Este fator com a ponderação de **70% (setenta por cento)** permitirá avaliar as propostas relativamente ao preço proposto por cada Concorrente, de acordo com o definido no caderno de encargos e apresentado na proposta, tendo como limite o valor 100, sendo avaliado através da aplicação da seguinte formula matemática:

$$Fator A = \frac{P_{Base} - P_{Prop}}{P_{Base} - P_{ab}} \times 100$$

Sendo que:

- PBase = Preço Base do Concurso

- PProp = Preço Proposto pelo Concorrente
- Pab = Preço anormalmente baixo, correspondente a 25% abaixo do preço base

FATOR B “VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA”

Este fator com a ponderação final de **30% (trinta por cento)**, tem a sua valoração, por sua vez, decomposta em três subfatores, com a seguinte descrição e ponderações específicas:

FATOR B	%	SUBFATORES	%
Valia Técnica da proposta	30%	Diretor de Fiscalização – DF	40%
		Engenheiro Civil - EC	35%
		Fiscal de Construção Civil - FC	25%

Este fator será apurado por via do somatório dos seus subfactores, de acordo com a seguinte expressão matemática:

$$\text{FATOR B} = (\text{Subfator DF} \times 0,40) + (\text{Subfator EC} \times 0,35) + (\text{Subfator FC} \times 0,25)$$

SUBFATOR DF – Diretor de Fiscalização

Tem a ponderação de **40% (quarenta por cento)** sendo a avaliação efetuada tendo em consideração o documento a que se refere o **ponto 7.2.7.** deste Programa do Procedimento, de acordo com a seguinte escala de pontuação.

- A. **Empreitadas de construção ou reabilitação de edifícios nas quais foi Diretor de Fiscalização:** a cada empreitada corresponderá 10 pontos, até ao máximo de 50 pontos de pontuação;
- B. **Empreitadas de obras públicas nas quais foi Diretor de Fiscalização:** a cada empreitada corresponderá 10 pontos, até ao máximo de 50 pontos de pontuação;

O concorrente deve apresentar na proposta cópias de documentos emitidos por terceiros, comprovativos da intervenção do técnico no tipo de empreitadas mencionadas em A. e B. (declarações abonatórias de entidades adjudicantes) e CV do técnico.

O Diretor de Fiscalização deverá ter como qualificação mínima licenciatura ou bacharelato em engenharia civil, membro sénior da respetiva associação profissional, comprovada documentalmente.

A não apresentação dos documentos comprovativos levará á atribuição da pontuação de zero pontos.

A pontuação no fator DF (entre 0 e 100 pontos) será o somatório das pontuações parciais obtidas nos pontos A. e B. anteriores.

SUBFATOR EC – Engenheiro Civil

Tem a ponderação de **35% (trinta e cinco por cento)** sendo a avaliação efetuada tendo em consideração o documento a que se refere o **ponto 7.2.7.** deste Programa do Procedimento, de acordo com a seguinte escala de pontuação.

- A. **Empreitadas de construção ou reabilitação de edifícios nas quais esteve enquanto Engenheiro Civil:** a cada empreitada corresponderá 10 pontos, até ao máximo de 50 pontos de pontuação;
- B. **Empreitadas de obras públicas nas quais esteve enquanto Engenheiro Civil, nos últimos 10 anos:** a cada empreitada corresponderá 10 pontos, até ao máximo de 50 pontos de pontuação;

O concorrente deve apresentar na proposta cópias de documentos emitidos por terceiros, comprovativos da intervenção do técnico no tipo de empreitadas mencionadas em A. e B. (declarações abonatórias de entidades adjudicantes) e CV do técnico.

O Engenheiro Civil deverá ter como qualificação mínima licenciatura ou bacharelato em engenharia civil e inscrição válida na Ordem dos Engenheiros ou Ordem dos Engenheiros Técnicos, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, comprovada documentalmente.

A não apresentação dos documentos comprovativos levará à atribuição da pontuação de zero pontos.

A pontuação no fator EC (entre 0 e 100 pontos) será o somatório das pontuações parciais obtidas nos pontos A. e B. anteriores.

SUBFATOR FC – Fiscal de Construção Civil Civil

Tem a ponderação de **25% (vinte e cinco por cento)** sendo a avaliação efetuada tendo em consideração o documento a que se refere o **ponto 7.2.7.** deste Programa do Procedimento, de acordo com a seguinte escala de pontuação.

- A. **Empreitadas de construção ou reabilitação de edifícios nas quais foi Fiscal de Construção Civil:** a cada empreitada corresponderá 10 pontos, até ao máximo de 50 pontos de pontuação;
- B. **Empreitadas de obras públicas nas quais foi Fiscal de Construção Civil, nos últimos 10 anos:** a cada empreitada corresponderá 10 pontos, até ao máximo de 50 pontos de pontuação;

O concorrente deve apresentar na proposta cópias de documentos emitidos por terceiros, comprovativos da intervenção do técnico no tipo de empreitadas mencionadas em A. e B. (declarações abonatórias de entidades adjudicantes) e CV do técnico.

A não apresentação dos documentos comprovativos levará à atribuição da pontuação de zero pontos.

O Fiscal de Construção Civil deverá ter adequada preparação académica e curricular para o efeito.

A pontuação no fator EC (entre 0 e 100 pontos) será o somatório das pontuações parciais obtidas nos pontos A. e B. anteriores.

- 12.2. A adjudicação será efetuada ao Concorrente cuja proposta obtiver a classificação final global mais elevada, calculada através do somatório das pontuações obtidas em cada um dos fatores e subfactores.
- 12.3. Em caso de igualdade de classificação das propostas, o desempate será efetuado pelo seguinte método: será atribuída vantagem à proposta que obtiver melhor ponderação no FATOR A – PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA.
- 12.4. Se após a aplicação do critério de desempate estabelecido no número anterior, se mantiver a situação de empate das propostas, será atribuída vantagem à proposta que tiver obtido a melhor ponderação no FATOR B - VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA.
- 12.5. Caso subsista a situação de empate, o desempate será efetuado através de sorteio, conduzido pelo Júri na presença dos Concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pelo **IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**.
- 12.6. O sorteio referido no número anterior realizar-se-á através da extração de cupões em saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma classificação. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos Concorrentes admitidos.
- 12.7. Face à limitação no número máximo de um lote a adjudicar por concorrente e no caso da proposta economicamente mais vantajosa, em dois ou nos três lotes, ter sido apresentada pelo mesmo concorrente, proceder-se-á à adjudicação da proposta cuja diferença para a ordenada em segundo lugar seja a maior, e assim sucessivamente.
- 12.8. No caso de haver menos de 3 concorrentes, poderá ser adjudicado mais do que um lote ao mesmo concorrente.

13. JÚRI DO PROCEDIMENTO

- 13.1 O concurso será conduzido por Júri, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP.
- 13.2 O Júri do concurso inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao envio do anúncio para publicação e o seu funcionamento rege-se pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente nos artigos 67.º e seguintes do CCP.
- 13.3 Foram delegadas no Júri do concurso as seguintes competências ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP:
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, nos termos do artigo 50.º do CCP

14. RELATÓRIO PRELIMINAR

- 14.1 O Júri do concurso, após análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação, por ordem decrescente, das propostas apresentadas.

14.2 No relatório preliminar, o Júri do concurso também propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas, pelos motivos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.

15. AUDIÊNCIA PRÉVIA

15.1 Elaborado o relatório preliminar, o Júri notifica todos os Concorrentes nos termos do disposto no artigo 123.º, aplicável por remissão do artigo 147.º, ambos do CCP, para efeitos de audiência prévia.

15.2 Os Concorrentes dispõem de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação do relatório preliminar para se pronunciarem, por escrito, sobre o mesmo.

16. RELATÓRIO FINAL

16.1 Cumprido o disposto no ponto anterior, o Júri do Concurso elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP, conforme estabelece o n.º 1 do artigo 148.º do CCP.

16.2 No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri do Concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.

17. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, ENTREGA DE DOCUMENTOS, MINUTA DE CONTRATO E CAUÇÃO

17.1 A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, juntamente com o relatório final de análise e avaliação das propostas.

17.2 Notificado da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve:

- no prazo de 10 (dez) dias úteis apresentar os documentos de habilitação exigidos por lei e pelo presente Programa do Procedimento;
- Prestar caução, atendendo ao disposto no presente Programa do Procedimento, e no Caderno de Encargos, devendo comprovar essa prestação junto da **IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**, no 11.º (décimo primeiro) dia útil imediatamente subsequente

17.2 A minuta do contrato será remetida, com a notificação da adjudicação, ao concorrente cuja proposta haja sido preferida, para sobre ela se pronunciar no prazo de 5 (cinco) dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aprovada a mesma minuta.

17.3 No caso do adjudicatário ser um agrupamento ou consórcio, este deverá ainda apresentar o respetivo contrato.

17.4 A entidade adjudicante notificará o adjudicatário do dia, local e hora de assinatura do contrato

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

18.1 No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da adjudicação, o Adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Identificação completa (através de cópia do B.I/C.C e indicação da residência da (s) pessoa(s) que assinará (ão) o contrato, qualidade em que intervém (êm) com junção do (s) documento (s) que atribui (em) poderes para o efeito;
- b) Certidão do Registo Comercial, ou respetivo código de acesso;
- c) Procurações e instrumentos de mandato, se for o caso e, se aplicável.
- d) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, ou seja:
 - i. Certificado do Registo Criminal (no caso de pessoa coletiva deverá ser apresentado o certificado do registo criminal da mesma e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência);
 - ii. Certidão de situação contributiva regularizada;
 - iii. Certidão de situação tributária regularizada;
- e) Documento comprovativo da inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), contendo o respetivo Código RCBE, para efeitos de cumprimento da obrigatoriedade de comprovação, prevista no artigo 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, republicado pela Lei n.º 58/2020 de 31 de agosto.
- f) Documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M de 14 de agosto, com a última redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M de 31 de janeiro, se aplicável (não sendo aplicável, o adjudicatário que não esteja legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da RAM deve apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem o obriga, refere expressamente essa situação), mais concretamente:
 - Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na RAM;
 - Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (Modelo n.º 10) e DMR;
 - Anexo Q da última informação empresarial simplificado (IES).
 - Anexo R da última declaração periódica do IVA.

g) A documentação suprarreferida deve ainda ser apresentada por eventuais subcontratados identificados na proposta do adjudicatário. No decurso da execução do contrato a autorização do contraente público fica condicionada à apresentação daquela documentação relativa ao potencial subcontratado por parte do cocontratante.

18.2. Todos os documentos de habilitação deverão ser redigidos em língua portuguesa, aceitando-se, porém, que sejam apresentados em língua estrangeira quando a própria natureza ou origem assim o exigir desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada.

18.3 Nos termos do artigo 84.º do CCP, quando o Adjudicatário for um agrupamento de pessoas coletivas ou singulares, todos os seus membros constituintes têm de apresentar os documentos de habilitação acima referidos que lhes sejam aplicáveis.

18.4 A **IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**, pode solicitar ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para o fornecimento de bens e execução dos serviços objeto do Contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

18.5 Caso a **IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**, de detete alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados que possa, nos termos do artigo 86.º do CCP, levar à caducidade da adjudicação, notificará o Adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciar por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

19. VALOR DA CAUÇÃO E MODO DE PRESTAÇÃO

19.1 Em caso de adjudicação, o Adjudicatário garantirá mediante a prestação de caução a celebração do contrato e o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com essa celebração.

19.2 O valor da caução é de 2% do preço contratual, conforme decorre artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2013/M de 10 de dezembro, cujos efeitos do regime excecional a que se refere o n.º 4 do artigo 2.º do referido diploma legal, foram prorrogados até 31/12/2023, pelo artigo 105.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento da RAM para o ano de 2023.

19.3 A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada por depósito em dinheiro, mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes, respetivamente, dos Anexos, III, IV e V ao presente PP, que dele fazem parte integrante

19.4 O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no nº 2 do artigo 77.º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

19.5. A caução é prestada por depósito em dinheiro, ou mediante garantia bancária ou seguro caução.

- 19.6. O depósito em dinheiro é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada no programa do procedimento, devendo ser especificado o fim a que se destina.
- 19.5. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita

20. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DA SUA APRESENTAÇÃO

- 20.1 Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os documentos de habilitação devem ser apresentados através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados diretamente na plataforma eletrónica utilizada **pela IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM,**
- 20.2 À exceção do documento mencionado no ponto 19.1, a apresentação, nos termos do número anterior, pode ser substituída por indicação do endereço de internet onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária à respetiva consulta, nos casos previstos no n.º 3 do artigo 83.º do CCP.
- 20.3 Quando o Adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, consulte a informação prevista no n.º 3 do artigo 83.º do CCP, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que o Adjudicatário pode formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal referindo o número de identificação fiscal do **IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM,** (NIPC 511 035 365), O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar no âmbito do 19.1. deste Programa do Procedimento.
- 20.4 No caso de o Adjudicatário prever a subcontratação parcial da prestação contratual, os documentos de habilitação entregues pelo Adjudicatário devem incluir, relativamente às entidades a subcontratar, os mesmos documentos exigidos no procedimento ao Adjudicatário para comprovação da respetiva habilitação.
- 20.5 Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua Portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos estejam redigidos em língua estrangeira, o Adjudicatário deverá fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 20.6 A **IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM,** notificará todos os Concorrentes em simultâneo da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
- 20.7 Os documentos de habilitação deverão ser disponibilizados no processo para consulta de todos os Concorrentes.

21. ENCARGOS

21.1 São encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.

21.2 São ainda da conta do Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

22.1 Em tudo o omissa no presente Programa do Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 30/2021 de 21 de Maio, na versão dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M de 29 de Dezembro, e Lei n.º 41/2015 de 03 de Junho e demais legislação aplicável.

23. REPETIÇÃO DE SERVIÇOS SIMILARES

23.1 Nos termos e para os efeitos da subalínea iv) da alínea a) do n.º 1 do artigo 27º do CCP, poderá vir a adotar-se o ajuste direto para a celebração de um contrato para a aquisição de serviços que consista na repetição de serviços similares aos que constituem o objeto do presente concurso público.

Funchal, 12 de Abril de 2023

O Presidente do Conselho de Administração

João Pedro Sousa

ANEXO I

DEUCP

[A que se refere a alínea o ponto 7.2.1 do programa do procedimento]

Ficheiro em formato xml. Disponibilizado em anexo ao presente programa do procedimento

ANEXO II

Modelo de Proposta de Preço

(A que se refere o ponto 7.2.2. do PP)

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Concurso Público para, propõe-se executar em conformidade com o caderno de encargos, pelo preço total de (....€).

Ao preço acima mencionado acresce o IVA á taxa legal em vigor

... (local), ... (data), ... (assinatura)⁽²⁾

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III

Modelo de Guia de Depósito

(A que se o ponto 19.2 do PP).

Euros:€

Vai [], residente (ou com escritório) em [], na [], depositar na [] (sede, filial, agência ou delegação) da [] (instituição) a quantia de [] (por extenso em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por) [], como caução exigida para a realização da [], para os efeitos do n.º 3 do artigo 90.º do CCP. Este depósito fica à ordem da IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data []

Assinaturas []

ANEXO IV

Modelo de Garantia Bancária à Primeira Solicitação

(A que se o ponto 19.2 do PP).

O Banco [], com sede em [], matriculado na Conservatória do Registo Comercial de [], com o capital social de [], presta a favor da IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de [], correspondente a [] (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a [] (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM vai outorgar e que tem por objeto [], regulado nos termos da legislação aplicável .

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a [] (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato. O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo da execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data []

Assinaturas []

ANEXO V

Modelo de Seguro-Caução à Primeira Solicitação

(A que se o ponto 19.1 do PP).

A companhia de seguros [], com sede em [], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [], com o capital social de [], presta a favor da IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [] (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de [], correspondente a [] (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [] (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM., vai outorgar e que tem por objeto [], regulado nos termos da legislação aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [] (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à IHM -Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável

Data []

Assinaturas []